STRUP - STTM - SINDEM - SITRA

MOÇÃO

Os Trabalhadores vivem momentos de um retrocesso social e civilizacional, sem precedentes, acentua-se a exploração de quem trabalha e empurra-se o povo para a miséria.

A crise, para a qual os Trabalhadores e o povo nada contribuíram, tem servido de pretexto para um violento assalto aos direitos do trabalho, tentando obrigar a trabalhar mais por menos salário, tornando os despedimentos mais fáceis e mais baratos, precarizando as relações de trabalho, fragilizando a Contratação Colectiva, através quer dos O.E., quer de alterações avulso à legislação do trabalho.

No fundamental o Governo apenas reflecte os interesses do capital, levando o mais longe possível a exploração dos Trabalhadores, o ataque aos direitos sociais e aos serviços públicos.

É neste contexto que os Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, EPE, têm travado com determinação e unidade, uma luta intensa exigindo o respeito e cumprimento do seu AE, livremente acordado entre os sindicatos e o conselho de administração, publicado em BTE, e válido até 2015, bem como pela exigência da manutenção do serviço publico, de qualidade mas de indole social, imprescindível à mobilidade da população da cidade.

Os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, EPE reunidos em Plenário Geral no dia 29 de Janeiro de 2013, consideram que:

- ▶ Desde Dezembro de 2010 estão a ser roubados, por força dos OE de 2011, 2012 e 2013;
- Os salários diminuíram através da "comparticipação solidária" obrigatória criada com o OE de 2011, que obrigou também ao congelamento das carreiras e das anuidades:
- Os Trabalhadores foram incentivados a ocupar categorias profissionais em exercício temporário de funções, sem serem ressarcidos da sua actividade, desrespeitando o Acordo de Empresa, fomentando as desigualdades e a precarização das relações de trabalho;
- O OE de 2012 acresceu ao anterior com o roubo dos subsídios de férias e de Natal:

- Com a entrada do actual C.A., em Agosto de 2012, houve ainda assim algumas mudanças, infelizmente para pior, aumentou o desrespeito e a hostilização aos Trabalhadores e às suas Organizações representativas;
- Aumentou o número de processos disciplinares;
- Aumentaram-se os elementos do CA bem como alguns directores;
- Alteraram-se os padrões de segurança para níveis aos quais os Trabalhadores do ML, não estavam habituados, pois construíram uma empresa (até 2011), que foi durante 6 anos considerada o melhor operador de transportes;
- Aumentou a dívida do ML, não pelo valor do aumento dos salários dos Trabalhadores, que não existiu, mas por força dos juros galopantes e de algumas engenharias financeiras (swaps), que só em 2012 custaram 400 milhões de Euros à empresa (mais que 8 anos de salários de todos os trabalhadores do Metro);
- Com o OE de 2013, acresce ainda uma brutal carga fiscal;
- Diminuição da retribuição dos Trabalhadores e dos reformados com a retirada do direito ao transporte, com o falso argumento do custo das viagens per capita;
- A tudo isto acresce o aumento atroz das tarifas de transporte e a diminuição da qualidade do serviço prestado;
- Os Trabalhadores repudiam a atitude provocatória deste CA de tentar instrumentalizar os utentes do Metropolitano contra os Trabalhadores e suas Organizações representativas;

Os trabalhadores decidem:

- £ Exigir do Governo o mesmo respeito pela Contratação Colectiva que este tem mostrado pelos contratos assinados com os especuladores que estão a sangrar o nosso povo;
- R Dinamizar uma quinzena de esclarecimento e mobilização dos utentes, trazendo-os mais activamente para uma luta que também é sua;
- República; Participar activamente em todas as formas de luta pela urgente interrupção desta política, a demissão deste governo e a devolução ao povo do poder de decisão sobre as opções políticas que devem ser tomadas pelo Governo da República;

Mandatar as suas organizações representativas para, em conjunto com as restantes ORT's dos Transportes, promoverem a mais vasta unidade possível para uma resposta colectiva à ofensiva em curso.

Lisboa, 29 de Janeiro de 2013

Esta moção depois de aprovada, será enviada ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da Republica, Primeiro- Ministro, Grupos Parlamentares, e entregue ao Ministro da Economia e do Emprego, Secretário de Estado das Obras Públicas Transportes e Comunicações, e aos órgãos de comunicação social.